

Condições precárias

Habitação, saneamento básico e a proliferação de dengue, zika e chikungunya nas favelas

Luiza Gomes

A

travessando becos estreitos, pequenos prédios, sobrados, barracos e lajes se erguem uns sobre os outros nas encostas e franjas da cidade do Rio de Janeiro. Há pontos nas favelas em que o ar mal circula, o sol não bate, as ruas alagam e o esgoto corre a céu aberto. Como essas condições de habitação interferem na saúde de seus moradores e favorecem a proliferação do *Aedes aegypti*? Existe relação entre a oferta deficitária dos serviços de saneamento básico e o alastramento das epidemias de dengue, zika e chikungunya?

Dados da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro apontam uma possível resposta: a cada 100 mil habitantes do Complexo do Alemão, 1.922 foram infectados pela dengue nos meses de janeiro a abril de 2016, enquanto que em todo o município do Rio de Janeiro, a proporção foi de 272 por 100 mil habitantes – sete vezes menor que no conjunto de favelas cariocas. Em Manguinhos, o número foi de 147 casos por 100 mil habitantes no período.

O adensamento populacional, as condições precárias de moradia, a oferta irregular do abastecimento de água, política ineficaz de gestão de resíduos sólidos e o tratamento de esgoto são alguns dos aspectos da crise de saneamento e habitação nas periferias urbanas. A lista é longa e a espera por políticas que contemplem as especificidades dos territórios favelizados dos

centros urbanos, inquietante.

É para esse conjunto causticante de fatores que compõem os determinantes sociais da saúde em territórios vulnerabilizados que atentam os pesquisadores Leo Heller, da Fiocruz Minas e relator das Nações Unidas sobre água e saneamento, e Guilherme Franco Netto, especialista em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz. Ambos foram convidados pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz para o debate online *Saneamento básico como direito humano*, que procurou organizar as pautas e iniciativas da Fundação relacionadas a esses temas.

“No caso específico do *Aedes*, a falta de abastecimento regular de água obri-



Foto: Projeto Colabora

ga a população a estocar volumes complementares em tonéis; essa água limpa e parada é um dos locais preferidos do mosquito”, introduziu Guilherme Netto. “Nas vias públicas das comunidades, o maior problema é a defasagem do Estado na gestão dos resíduos sólidos nessas localidades. Sem a coleta regular, o lixo deixado nas ruas – muitas vezes em armazenagem inadequada ou insuficiente –, passa a acumular a água da chuva, retida em recipientes, e facilita a instalação dos criadouros”, afirmou.

De acordo com a coordenadora do Serviço de Vigilância em Saúde do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria da Fiocruz, a relação entre adensamento populacional nas favelas e escalada nas notificações de dengue, zika e chikungunya é direta. “Essas são doenças urbanas tropicais. Nas áreas com maior densidade demográfica, como nas comunidades, em um mesmo raio de atuação o mosquito consegue infectar mais gente. Assim, o ciclo de transmissão se propaga continuamente, sem ser interrompido – o que dificilmente acontece em áreas menos populosas da cidade”.

Manguinhos

O Complexo de Manguinhos engloba favelas dos bairros de Bonsucesso, Manguinhos, Higienópolis e Benfica, distribuídas por 261,84 hectares (1.618.400m²). A população ultrapassa a marca dos 36 mil habitantes, segundo dados do Registro Eletrônico de Informação em Saúde (Reis), e está distribuída em 15 sublocalidades, entre favelas e conjuntos habitacionais.

Entre janeiro e abril, foram notificados 162 casos de dengue, zika e chikungunya em Manguinhos, segundo a Coordenadoria de Saúde da Área de Planejamento 3.1 (CAP 3.1) da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro. No informativo do Centro de Saúde, a curva de notificações de chikungunya dá um salto em meados de abril.

“Chikungunya não tinha no início, começou a aparecer depois de meados de março, e hoje é a notificação mais comum entre essas doenças. Na semana de 8 a 15 de abril chegamos a ter 20 casos novos”, contou Regina Daumas.

Para aumentar a eficácia das ações de combate ao vetor em Manguinhos e ampliar o controle social, a Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz, como membro da Rede Manguinhos no Controle do Aedes – composta por lideranças locais, organizações comunitárias e diversos departamentos e unidades da Fundação – está buscando uma plataforma virtual para ancorar um mapa participativo dos criadouros de Manguinhos. A ideia vem sendo discutida em parceria com o Instituto Pereira Passos, para aplicação da tecnologia.

“Essa e outras iniciativas são previstas no Plano de Controle do *Aedes aegypti*, uma estratégia construída coletivamente por setores da Fiocruz junto aos movimentos sociais organizados de Manguinhos. Por meio delas, estamos chamando a atenção das pessoas e dos gestores da política de saúde para a importância de controlar os criadouros do mosquito não apenas dentro das casas, mas nos espaços públicos”, disse o coordenador de Cooperação Social da Fiocruz, Leonídio Madureira.

Foto: Brunna Arakaki



Transformar a realidade

Em um Brasil em que 2.495 municípios (44,8% dos municípios brasileiros) não têm rede coletora de esgoto e um Rio de Janeiro no qual 30% dos domicílios não estão ligados a um sistema de saneamento formal, resta às comunidades a face mais dura dos déficits infra-estruturais e de serviço: insalubridade e exposição permanente ao risco de contaminação por vetores. Some-se a isso a falta de atenção do poder público a esses espaços e o resultado é explosivo, com reflexos diretos no campo da saúde.

No caso específico das epidemias de dengue, zika e chikungunya, Guilherme Franco Netto informa que a Fiocruz está se organizando para fomentar pesquisas que se detenham sobre as relações entre o saneamento inadequado e a proliferação do *Aedes aegypti*, a partir da metodologia de *pesquisa-ação*, que é voltada tra-

dicionalmente para o aprimoramento das práticas estudadas e resolução de problemas coletivos.

“Estamos avaliando junto à Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação qual o melhor instrumento para a captação dos projetos de pesquisa”, anunciou. “Cientificamente, existem poucas evidências da relação entre as duas coisas, apesar de isso ser sensível e observável na realidade”, argumentou. Os resultados deverão ser apresentados ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Saneamento no Brasil

Somente em 2007 o Plano Nacional de Saneamento Básico fixou diretrizes, metas e ações para o setor, e, em 2011, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu, entre outros princípios, a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos servi-

ços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ainda recentes, as novas legislações ensaiam uma maior estruturação das políticas setoriais a nível nacional, mas são fragilizadas pelas turbulências políticas que desestabilizam atualmente o Governo Federal, na opinião do pesquisador Leo Heller, do Centro de Pesquisa René Rachou (Fiocruz Minas) e relator das Nações Unidas sobre água e saneamento.

“De uma parte, o governo federal vem se organizando e ganhando mais estabilidade no que diz respeito às transformações do setor”, comentou. Em sua análise, apesar dos avanços, o fortalecimento dos municípios – indispensável, já que o saneamento é um serviço de caráter local – ainda não ocorre.

“Há um anacronismo na organização federativa para o setor e de outros governos estaduais ausentes e governos municipais em geral frágeis. Isto, sobretudo nos municípios de menor porte e nos localizados nas regiões menos desenvolvidas”, afirmou.

Foto: Rio Real

